

Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX

Ana Luiza Jesus da Costa*

Resumo: Neste artigo, abordam-se indícios de práticas educacionais em associações de trabalhadores da Corte e Província do Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Analisando estatutos e relatórios de sociedades de auxílio mútuo e beneficência, foi possível constatar o papel ativo de homens e mulheres trabalhadores em sua própria educação. Os saberes derivados da experiência associativa e da luta por escolarização levada a cabo por sujeitos considerados avessos à educação, ou carentes dela, constituem a história da educação popular e da formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: educação popular, sociedades de auxílio mútuo, experiência, classes trabalhadoras, século XIX.

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Professora de História da Educação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. E-mail: anajcosta@gmail.com.

Education and making off the working class in Rio de Janeiro between the last decades of the nineteenth century and early twentieth century

Ana Luiza Jesus da Costa

Abstract: This article discusses the educational practices in labor unions of the Court and the Province of Rio de Janeiro from the second half of the nineteenth and early twentieth century. From the analysis of statutes and reports of societies for mutual assistance and charity was possible to see the active role of men and women workers in their own education. The knowledge derived from associative experience and the struggle of people classified as adverse for learning for its own education constitute the history of popular education and making of the working class in Rio de Janeiro.

Keywords: popular education, mutual aid societies, experience, working classes, the nineteenth century.

Educación y formación de la clase obrera en Rio de Janeiro entre las últimas décadas del siglo XIX y principios del siglo XX

Ana Luiza Jesus da Costa

Resumen: En este artículo, se abordan indicios de prácticas educacionales en asociaciones de trabajadores de la Corte y de la Provincia de Rio de Janeiro, Brasil, entre la segunda mitad del siglo XIX y principios del siglo XX. A partir del análisis de los estatutos e informes de las sociedades de apoyo mutuo y beneficencia, fue posible constatar el papel activo de hombre y mujeres trabajadores en su propia educación. El conocimiento derivado de la experiencia asociativa y de la lucha por la escolarización llevada a cabo por sujetos considerados contrarios a la educación, o carentes de ella, constituyen la historia de la educación popular y de la formación de la clase obrera en Rio de Janeiro.

Palabras clave: educación popular, sociedades de apoyo mutuo, experiencia, clases trabajadoras, siglo XIX.

Introdução

A reflexão sobre educação popular, mais especificamente sobre educação das classes trabalhadoras, no passado ou nos dias de hoje, não deve se limitar à forma escolar (Vincent, Lahire & Thin, 2001). Para além da escola, havia e há muitas formas de aprender, inclusive de aprender a cultura letrada. Nesse sentido, as associações de trabalhadores foram espaços privilegiados de aprendizagem entre meados do século XIX e início do século XX. Acompanhando-as, podemos contar, um pouco, a história da educação das classes populares naquele período, bem como a história da formação da classe trabalhadora no Brasil. Associando essas histórias, encontramos, por um lado, a participação da educação no processo de formação dessa classe e, por outro, o papel ativo das classes trabalhadoras na conquista do direito à educação.

Trabalhos historiográficos recentes têm demonstrado a expansão do fenômeno associativo no Brasil, durante o século XIX (Batalha, 1999; Barata, 1999; Chalhoub, 2007; Gondra & Schueler, 2008; Morel, 2005). Esse movimento, de grande importância política e social, manifestou-se em diversos formatos: confrarias, irmandades religiosas e leigas, academias, lojas maçônicas, grêmios, sociedades corporativas ou profissionais, beneficentes, filantrópicas, de auxílio mútuo, científicas, literárias, pedagógicas, institutos de pesquisa, imprensa periódica, tipografias, editoras e livrarias, etc. Marco Morel (2005) assinala a necessidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade de se estabelecer uma tipologia dessas associações heterogêneas, muitas vezes instáveis e efêmeras, em certos casos com múltiplos fins (beneficentes, pedagógicos, filantrópicos, religiosos, culturais, científicos, etc.).

Gondra e Schuler (2008) procuraram realizar uma sistematização das associações envolvidas com a prática pedagógica no império brasileiro. Classificando-as entre as forças educativas ao lado do Estado e da Igreja, esses autores destacam as mais proeminentes: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; Sociedade Amante da Instrução; Sociedade Propagadora das Bellas Artes (promotora do Lyceo de Artes e Offícios); Sociedade Propagadora da Instrução para as Classes Operárias da Lagoa. Destacam, ainda, sociedades que ligavam abolicionismo e instrução, como é o caso do Club dos Libertos Contra a Escravidão que, além de promover alforrias de escravos, mantinha um curso noturno de instrução primária para livres, libertos e escravos.

A educação mediava, dessa forma, a ação deliberada de determinados sujeitos: intelectuais, parlamentares, beneméritos, profissionais liberais, lideranças abolicionistas, lideranças trabalhadoras e seus projetos mais ou menos sistemáticos sobre outros sujeitos anunciados como ‘o povo’. O discurso educacional do Estado imperial enfatizava a importância do desenvolvimento da instrução popular como forma de elevar o Brasil ‘ao concerto das nações civilizadas’ e, não raro, solicitava para isso a contribuição da iniciativa particular associada. Com ares de consenso, encontramos, na opinião pública da segunda metade do XIX, um posicionamento muito próximo do que Nagle (1976), ao se referir à Primeira República, caracterizou como ‘entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico’. A questão que orienta este trabalho vai em sentido inverso: como seria enxergar ‘o povo’ ou ‘as classes populares’ não como objetos da educação, mas como sujeitos que atuam sobre ela? Como seria captar suas lutas por instrução, os momentos em que educam a si mesmos, os indícios de suas concepções sobre os significados e a importância atribuída à educação?

Na análise exposta no presente artigo, privilegiamos as associações constituídas ‘por’ trabalhadores, mesmo que contassem em seus quadros com indivíduos de outros extratos sociais. São, em geral, associações de auxílio mútuo e beneficência, muitas delas organizadas por ofício. Aquelas formadas com objetivos especificamente culturais e pedagógicos, mesmo que voltadas ‘para’ as classes populares, na maioria das vezes empreendidas por beneméritos imbuídos de ‘sentimentos humanitários’ ou ‘princípios civilizatórios’, serão aqui tratadas em relação às primeiras.

Procuramos encarar os fenômenos educacionais pelo prisma das relações de classe, ainda ‘frouxas’ e não muito distintas. Nesse contexto, é possível observar o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil mediado por suas concepções de educação e suas iniciativas educacionais. No caso, o termo classe não é compreendido como um dado, surgido no ano X, amadurecido no ano Y e, atualmente, como defendem algumas teorias sociais, termo obsoleto para uma realidade acabada. Classe é, aqui, pensada na perspectiva dinâmica inaugurada por E. P. Thompson: “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados tanto na matéria prima da experiência quanto da consciência. [...] Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e

cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (Thompson, 2004, p. 9, grifo do autor).

Chalhoub (2001) aborda o período de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre 1870 e 1920. Segundo ele, para perceber essa formação, seria necessário observar todas as esferas da vida do trabalhador, não só o mundo da produção. O autor afirma ainda que a luta de classes não se restringia aos movimentos organizados. Em razão de condições de existência precária, a luta pela sobrevivência se organizava em associações mutualistas e beneficentes. Interessa aqui destacar que, da mesma forma como os trabalhadores se associaram para autoproteção, também o fizeram para se educar em um contexto em que nem a assistência nem a educação haviam se afirmado como direitos sociais. Cabe considerar ainda que a educação também era vista por parte dos trabalhadores como condição de existência e instrumento na luta pela sobrevivência. Estudando a Sociedade de Artes Mecânicas do Recife, entre as décadas de 1840 e 1850, Mac Cord (2010) demonstra as estratégias de trabalhadores, homens de cor e sócios da entidade para legitimar seus saberes perante o Estado e as elites dominantes e manter o monopólio do ofício em um contexto de proibição da existência de corporações. Os caminhos da modernização de sua organização, que implicava a “[...] defesa da dignidade social dos artífices” (Mac Cord, 2010, p. 7), passavam pela instrução, que assumiu lugar de destaque na associação.

Nesse sentido, o “[...] fazer-se da classe trabalhadora” (Thompson, 2004, p. 9) tem na educação um de seus aspectos constituintes. Ao tomar a educação como questão central, não a compreendemos necessariamente como um projeto exterior, imposto pelas elites às classes trabalhadoras, ainda que as elites possuam projetos para educá-las e estes sejam, de fato, hegemônicos. A hegemonia, entretanto, não apaga práticas alternativas no interior da própria classe. Essas são uma matéria-prima para a análise do que procurei chamar ‘educar-se das classes trabalhadoras’¹, seja em suas

1 Tentei compreender, com o termo ‘educar-se’, apropriado do trabalho do historiador britânico E. P. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa (*The making off the english work class*), o processo de autoeducação das classes trabalhadoras, não no sentido de um autodidatismo individual, mas de uma formação coletiva, remetida ao próprio processo de ‘fazer-se das classes’. Esse processo ativo deve-se “tanto à ação humana quanto aos condicionamentos” (Thompson, 2004, p. 9). Trata-se de um processo em que os trabalhadores se educam produzindo sua própria educação: organizam-se,

organizações, seja na imprensa, seja na própria forma escolar, seja ainda na luta reivindicativa por educação formal.

O presente artigo fundamenta-se na análise de um universo de cinquenta e duas organizações², selecionadas entre centenas existentes no período e atuantes entre 1835 e 1912 na Província do Rio de Janeiro. São associações, centros, clubes, congressos, corpos coletivos, partidos, sociedades beneficentes, sociedades de socorro ou de auxílio mútuo, sociedades de resistência, uniões. A escolha das entidades foi guiada, basicamente, por quatro critérios: a presença de sujeitos de classes trabalhadoras; o período entre fins do século XIX e início do século XX, quando se ampliaram os debates e a implementação de iniciativas de educação para as classes populares³; o desenvolvimento de práticas educativas no interior da associação; por fim, a disponibilidade de fontes.

As associações apresentam, desde seus títulos, descortinados ao longo desta narrativa, o pertencimento de seus membros: operários, artistas, especialistas em um ou outro ofício. Mesmo as que não traziam a marca profissional em seus nomes, agregavam trabalhadores, cujo traço distintivo, bem definiu Savage (2004), seria: uma ‘insegurança estrutural’ derivada da retirada dos seus meios de subsistência. Quanto ao local/sede, observamos a proeminência do município da Corte/Distrito Federal e, em alguns casos, Niterói. Ou seja, estavam localizadas nos principais centros urbanos da província (no caso da Corte, do próprio Império), nos espaços de maior concentração de trabalhadores livres assalariados, expostos a

entre outros fins, para se educar e se educam no próprio processo organizativo.

2 É necessária uma ressalva quanto recorte do amplo universo de associações. Não foi possível constituir séries documentais homogêneas acerca de cada uma delas. Dessa forma, em alguns casos a ser explicitados mais à frente, trabalhamos com estatutos e relatórios; em outros, ou com o estatuto ou com o relatório e também como notícias complementares encontradas em *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro* (1922) e no *Dicionário do movimento operário* (Batalha, 2009).

3 Esse marco é coerente com a mudança no caráter das organizações de trabalhadores percebida por Batalha (2004, p. 106), que indica como sinal dos tempos que “o sindicalismo a partir de 1917 já não era o das associações de ofício que contavam com um número reduzido de membros, mas o de sindicatos industriais que reuniam milhares de operários”. Em todas as associações aqui estudadas, observamos que sua fundação e período de atuação são anteriores a 1917.

maior circulação de ideias nacionais e/ou estrangeiras, em contato com mais recursos materiais e técnicos. Mesmo assim, algumas dessas sociedades admitiam, socorriam e organizavam trabalhadores de outras partes da província.

As mudanças na forma de nomear as organizações (inicialmente, predominavam as chamadas mutualistas e beneficentes, mais tarde, as associações de resistência, blocos de combate e sindicatos) expressam transformações no caráter desse movimento associativo: de assistência e proteção na esfera da reprodução das condições de vida o movimento assumiu o caráter de reivindicação na esfera da produção. Essas fronteiras não estavam, porém, bem delimitadas no período estudado. Em seu trabalho sobre o mutualismo como estratégia popular de sobrevivência, Cláudia Viscardi (2009) mostra-nos o quanto a pobreza era uma realidade constante nos meios trabalhadores e como as formas de enfrentá-la coletivamente foram importantes no processo de formação das classes trabalhadoras. Era esse um momento em que se misturavam diferentes recursos de superação da pobreza. Por um lado, o dos apelos por proteção a alguém que dispusesse de bens a ser doados, em geral: Igreja, Estado, cidadão benemérito, coronel, e “[...] variações que se encaixam bem no conceito de paternalismo” (Viscardi, 2009, p. 293); por outro, o das iniciativas de ajuda mútua. Neste caso, estabeleciam-se relações de reciprocidade entre os sujeitos, ao passo que, no anterior, estabeleciam-se relações de poder de quem doa sobre quem recebe. Interessa destacar, ainda, nas concepções da autora, a importância atribuída à educação como estratégia de superação da pobreza, elemento de troca em relações paternalistas, ou de coesão nas relações mutualistas. Em todo caso, tais recursos eram parte relevante da experiência social dos sujeitos chamados pobres, classes populares, classes trabalhadoras.

Apesar de considerar que, muitas vezes, as diferenças de acesso à educação se constituíam em fator de distinção interna no universo das próprias classes populares, pelo fato de a instrução representar um ‘capital simbólico’ determinante na obtenção de empregos formais e na própria organização coletiva, Viscardi (2009) defende que a composição das mutuais não se deu por uma ‘aristocracia operária’. Ela não descarta sua existência, nem a presença de ‘sujeitos bem aquinhoados’ no quadro dessas organizações; porém seria

[...] inegável que o movimento associativo mutualista foi composto, sobretudo, por trabalhadores – assalariados ou não – que por não serem ricos, precisavam garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares em momentos de infortúnio. Dessa forma, as mutuais recrutaram seus sócios preferencialmente entre os trabalhadores humildes, que não fossem totalmente destituídos ou marginalizados, mas que delas necessitassem, por não disporem nem da proteção do Estado nem de riquezas acumuladas. Na ausência das mutuais, só lhes restaria a caridade alheia (Viscardi, 2009, p. 294).

As reflexões da autora, ao partir das estratégias dos próprios pobres na luta por sua sobrevivência em suas próprias redes de solidariedade, tão pouco estudadas, permitiram inferir algo que se emparelha com a afirmação aqui presente sobre as lutas das classes populares por educação. As associações de auxílio mútuo, no universo de suas ambiguidades, teriam contribuído para a formação de uma “[...] cultura de respeitabilidade” (Viscardi, 2009, p. 312) entre os trabalhadores, a qual fazia dos benefícios recebidos não favores, e sim direitos. É o que defendemos: a passagem da educação popular de dádiva a direito se deu por uma ação efetiva das próprias classes populares, inclusive pelo caráter educativo de suas experiências associativas.

Na busca por essa ação educacional no interior das organizações de trabalhadores, foram utilizados como fontes: estatutos e relatórios das associações; pareceres do Conselho de Estado sobre aprovação ou não de estatutos e suas reformas; uma volumosa publicação estatística sobre *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro*; e verbetes do *Dicionário do movimento operário* no Rio de Janeiro editado por Cláudio Batalha (2009)⁴.

Diante da riqueza de informações que esta documentação nos faculta, apresentaremos aqui algumas possibilidades de reflexão sobre a composição das associações em processo de autoformação da classe trabalhadora e, a seguir, sobre os indícios de práticas educacionais e formativas empreendidas por elas.

4 Cabe ressaltar que a obra de Batalha, fonte secundária, foi utilizada em caráter complementar e para cotejar informações sobre as associações de trabalhadores.

Quem é a classe: paternalismo e conflito no universo das organizações de trabalhadores

Ao empreendermos uma análise das organizações de trabalhadores como espaço educacional privilegiado, tendo por hipótese a relevância da educação na formação da classe no Rio de Janeiro, somos obrigados a enfrentar uma questão mobilizadora de debates na historiografia do trabalho: é legítimo falar de classe trabalhadora no século XIX, imerso ainda em um contexto escravista? Interessa pensar como o termo ‘classe’ pode facilitar, ou dificultar, a compreensão da realidade dos sujeitos e suas experiências no espaço e tempo propostos. O que mobiliza a presente análise é o que Thompson (2002) definiu, ao estudar o século XVIII inglês, como alguns ‘padrões de experiência’.

Batalha (1999) apresenta dois motivos para se questionar a existência de classe operária no Brasil antes de 1888. Primeiro, a presença do trabalho escravo; segundo, a concepção de que a classe operária é filha da indústria, logo só surgiria com o surto industrial a partir de 1880. Posicionando-se contrariamente a essa concepção, o autor procura mostrar elementos de continuidade e ruptura entre organizações operárias do XIX e do início do XX. É também Thompson, uma das referências para o próprio Batalha, que questiona a tese marxista da centralidade do operariado de fábrica na formação da classe trabalhadora ao remontar à tradição de luta dos artesãos. Os operários, longe de ser ‘filhos primogênitos da revolução industrial’, tiveram nascimento tardio. “Em muitas cidades o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas ideias, organização e liderança, era constituído por sapateiros, tecelões, seleiros e fabricantes de arreios, livreiros, impressores, pedreiros, pequenos comerciantes e similares” (Thompson, 2002, p.16).

Ou seja, a ausência de uma classe operária constituída não nos desabilita a falar de classes trabalhadoras em formação. Seguindo a mesma pista, não é nossa intenção encontrar ‘a classe’ pronta e acabada no período pesquisado. Interessa observar um processo de formação. Mesmo este ainda não resultaria em um produto absoluto e homogêneo, razão pela qual não entramos na disputa pelo termo ‘operário’, considerando mais seguro o uso de outros como ‘classes trabalhadoras’ ou o mais difundido, porém, mais inclusivo, ‘classes populares’.

Quais seriam os padrões de experiência anunciados? Em primeiro lugar, trata-se de homens, mulheres e também crianças⁵ que vivem de seu trabalho. Assim estabelece o conjunto dos estatutos que impõem, entre as condições para ser sócio de muitas organizações mutualistas e beneficentes, o exercício de algum ofício, além de condições físicas para o trabalho. Tomemos como exemplo o da ‘Sociedade Auxiliadora das Artes, Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias’, no qual podemos perceber que não se desenvolvia ali tão somente ou prioritariamente a prática de caridade. De acordo com o artigo quarto: “[...] ninguém poderá ser sócio sem as seguintes circunstâncias: 1º. Ter bons costumes e ser livre; 2º. Ter aprendido alguma arte ou ofício mecânico ou alguma arte mista; 3º. Ter pelo menos, um rendimento de 200\$ rs. Anuais” (Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias, 1835, p. 1).

‘A Sociedade Concórdia Beneficente Vinte e Oito de Abril’ admitia como sócios um ilimitado número de pessoas de ambos os sexos, idade até 60 anos, sem distinção de cor e nacionalidade, moradores da Província do Rio de Janeiro, Corte e arrabaldes. O recrutamento era amplo, com a exigência, entretanto, de se declarar profissão e perfeito estado de saúde. Da mesma forma, a ‘Sociedade Bem Estar dos de Caixeiros no Rio Janeiro’ não aceitava o ingresso de “[...] desempregados, pronunciados ou sentenciados por todo e qualquer crime” (Estatutos da Sociedade Bem-Estar dos Caixeiros no Rio de Janeiro, 1836, p. 3). No caso de sócios que fatalmente perdessem seu emprego, buscar-se-ia reempregá-los ou fornecer-lhes meios de subsistência até que se encontrassem reempregados.

Além da necessidade do trabalho, as precárias condições de vida e um espírito coletivista, presente, inclusive, nas tentativas de sanar tais precariedades, constituem os padrões de experiência das classes trabalhadoras. A precariedade não estava presente apenas no cotidiano de sujeitos sem ofícios ou desempregados, mas também nas queixas do artista, do trabalhador especializado, em relatórios de associações e na imprensa operária. É interessante perceber, na caracterização da situação

5 As crianças fazem parte do universo estudado não só como filhos e filhas de sócios das organizações, mas como ativos no mundo do trabalho por mais que o Estado em seus pareceres aos estatutos das associações procurasse restringir sua participação em prol de uma concepção de infância que não era consensual naquela sociedade.

francesa no século XVI feita por Davis (1990), uma similitude com a realidade tratada aqui. Segundo ela, a pobreza que esperamos encontrar entre os homens que não tinham qualificação alguma, que faziam serviços avulsos quando os encontravam, também era o fardo do oficial qualificado e mesmo do mestre. Circunstâncias da vida, como ter muitas bocas para alimentar, ser dispensado, ficar doente, engravidar, poderiam ser catastróficas para a vida daqueles sujeitos.

Somada aos imprevistos apontados por Davis, outra situação aparentemente recorrente, pela frequência com que os estatutos das associações beneficentes do Rio de Janeiro oitocentista lhe designavam socorros, era a detenção do sócio. Segundo os estatutos da ‘Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias’, “[...] o sócio que for preso criminalmente, a sociedade deverá tratar da maneira de seu livramento [...]” (Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias, 1835, p. 8). Até que fosse provada sua culpa, o sócio teria auxílio. Tal recorrência tem a ver com a tênue fronteira entre o mundo do trabalho e o ‘mundo da desordem’.

Esses condicionantes da experiência dos trabalhadores os distinguiam como classe em face da ‘insegurança estrutural’, conceituada por Savage (2004), contra a qual se organizavam as associações de auxílios mútuos e beneficência. O conflito de classes expressava-se sutilmente nessas organizações entre a autoproteção do homem pobre trabalhador e a busca de tal proteção nos círculos da elite; entre a crítica da estrutura social desigual e a necessidade de deferência aos poderes que mantinham tal ordem. Essa ambiguidade se expressava ainda nas composições, muitas vezes interclassistas, das associações fundadas por trabalhadores. Era o caso da ‘Sociedade Montepio dos Conservadores’, fundada por “Joaquim Ferreira dos Santos, João da Silva Augusto e José da Costa Corrêa entre si e outros operários empregados na conservação da via permanente e material rodante da Estrada de Ferro de D. Pedro II e domiciliados na Barra do Pirai, onde a Sociedade [tinha] sua sede e foi instituída em 1881” (Projeto de Estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos Montepio dos Conservadores, 1881). Como era comum entre outras sociedades beneficentes de trabalhadores, procuravam-se evitar discussões “[...] que não tenham por fim estes princípios [humanitários e beneficentes] e a fraternal convivência entre os sócios” (Projeto de Estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos Montepio dos Conservadores,

1881). Abafavam-se, dessa forma, os conflitos, especialmente as divergências políticas.

Mesmo com características corporativas, concepções caritativas e atitudes que empregavam ou se submetiam ao paternalismo, é possível perceber a dimensão do conflito em que se inseriam essas práticas associativas e o fato de que os membros estavam cientes desse conflito. No relatório da ‘Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas’, vemos expressa a compreensão de que a caridade é obra dos ricos para seu próprio enaltecimento. Os relatores afirmam que sua condição material era distinta da de tais benfeitores ‘bafejados pela aura da fortuna’, demonstrando a existência da divisão social ao se inscreverem ao lado dos ‘sem pujança’. Apesar de críticas sutis à caridade, ou, talvez, à prática interessada da caridade, utilitariamente, ela era bem aceita e premiada por todas as associações pesquisadas. O próprio relator dos sapateiros presta homenagem ao médico, Dr. Cardoso Fontes, ‘digno e humanitário’, “[...] que nunca se negou a dar uma informação, a examinar um sócio, e com sorriso nos lábios e ‘a caridade no coração’, tem sido o amigo verdadeiro” (Relatório da Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas, 1886, grifo nosso).

O conflito de classes não se pronunciava apenas na delimitação dos lugares de pobres e de ricos, ou na lamentação quanto às injustiças sociais, mas também nas práticas de identificação e coesão percebidas no uso de termos como ‘companheiros’, ‘irmãos’ ou mesmo ‘classe’, que, embora não se refira a ‘classe social’ no sentido marxista, denota coesão. A construção identitária também se fazia em cerimônias e solenidades. A ocasião da tomada de posse de novas diretorias cercava-se de simbolismos: enfeitava-se o salão, contratava-se orquestra, inauguravam-se retratos do presidente, dos sócios benfeitores ou beneméritos, não raro do Imperador, tido como protetor maior de algumas sociedades. Dessa forma, laços emocionais eram criados ou reforçados em torno da entidade, ao passo que se demarcava seu lugar na cena pública, especialmente entre outras associações. Era comum, nessas ocasiões, a presença das ‘coirmãs’, associações voltadas para os mesmos fins, além da presença da imprensa. O relatório da ‘Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas’ aponta a presença de vinte e uma ‘coirmãs’, entre elas o ‘Congresso Operário de Beneficência’, e outras

ligadas à comunidade portuguesa, bem como das redações do Jornal do Commercio e do Diário de Notícias.

Algumas sociedades de operários, além das práticas de auxílio mútuo, dedicavam-se a atos de beneficência mais extensivos. É o caso do ‘Congresso Operário de Beneficência’, criado em 29 de abril de 1883 e convertido em ‘Congresso de Beneficência e Instrução’ em 1889. A requisição de proteção do Imperador, datada de janeiro de 1884, dá notícia de sua fundação por “[...] um conjunto de operários crentes no futuro e fortalecidos no trabalho diário da oficina” (Requisição de particular ao Imperador, Casa Imperial, 1884). Em sua primeira sessão, estava presente um número superior a cento e cinco pessoas, unidas pelos intuitos de “Proteger as viúvas dos operários, educar os órfãos deixados por estas, auxiliá-las nas suas enfermidades longas, em fim, procurar por todos os meios lícitos a proteção para esses heróis obscuros que conquistaram nas oficinas a honra de uma vida trabalhadora e limpa” (Requisição de particular ao Imperador, Casa Imperial, 1884).

As alterações realizadas no estatuto de 1889, expressas também na mudança do nome da entidade, não descartaram os fins anteriores, entretanto, acrescentaram novas atribuições e suprimiram a identificação específica de ‘operário’. Sua composição, de acordo com a nova versão, tornou-se ampla: “[...] ilimitado número de sócios, de qualquer sexo, nacionalidade e religião, nas condições previstas no artigo 16” (Estatutos do Congresso de Beneficência e Instrução, 1889, p. 1). Sobre a presença das mulheres, o artigo atesta que seriam aceitas caso fossem propostas ou tivessem autorização dos que ‘legalmente as patrocinem’: pais, irmãos, maridos, tutores ou filhos.

Entre as novas atribuições da Sociedade, consta a manutenção de “[...] um curso teórico e prático para os associados e seus filhos, podendo o Conselho Administrativo do Congresso desenvolvê-lo e até declará-lo público desde que o permita os recursos da respectiva caixa especial” (Estatutos do Congresso de Beneficência e Instrução, 1889, p. 3). É importante refletir sobre o fato de que uma organização, cujo caráter popular é visível em sua amplitude de admissão, em seus fins de auxílio aos sócios enfermos, às viúvas e órfãos de sócios falecidos, no socorro aos sócios inválidos, no baixo valor para o diploma de sócio contribuinte, além da “[...] não indiferença a seus associados sob pressão da justiça ou de meios de subsistência por falta de trabalho” (Estatutos do Congresso de Beneficência e Instrução, 1889, p. 5), atribua elevada relevância à

instrução de seus membros, estabelecendo para isso meios formais de difusão. A dimensão dessa preocupação pode ser percebida pela existência de uma caixa específica para o financiamento do curso, pela manutenção de uma biblioteca e pela titulação de professores e consultores do curso como beneméritos, benfeitores e honorários, lembrando que entre os sócios honorários estava o próprio Imperador.

Em meio à ebulição das últimas décadas do século XIX, entre a corrosão do regime monárquico relacionada ao fim de sua base de sustentação, a escravidão, e a proteção à figura do imperador e ao arcabouço do Estado preservado com a República, vemos que se transformam também as características das organizações de trabalhadores. Na ‘Sociedade Beneficente Amparo Operário’ temos um exemplo de associação classista constituída antes da primeira década do século XX. Seus fins eram os mais amplos possíveis: “Amparar e socorrer os operários seus associados em todos os casos que necessitarem e socorrer suas famílias” (Pedido de aprovação para a reforma dos estatutos pela Sociedade Amparo Operário, 1880). O número de membros era ilimitado, mas restrito a operários e artistas, e, entre eles, os de ‘comportamento reconhecido’. Não se distinguiam cor, idade ou nacionalidade, mas não se mencionava a diferença de sexo. A aceitação de sócios, “[...] logo que estejam em pleno gozo de seus direitos civis e políticos” (Pedido de aprovação para a reforma dos estatutos pela Sociedade Amparo Operário, 1880), condicionava um tempo que poderia traduzir uma espera para que o sócio atingisse idade adequada ou, talvez, para que o sócio obtivesse ‘a liberdade’, ou seja, poderia traduzir a expectativa de ingresso de trabalhadores ex-escravos.

O artigo décimo reafirma a necessidade de ser ‘artista ou operário’ para se associar. No artigo décimo quarto se lê: “Poderão ser admitidos sócios todos os artistas e operários de todas as artes e ofícios” (Pedido de aprovação para a reforma dos estatutos pela Sociedade Amparo Operário, 1880). Em nenhum momento se fazia restrição expressa à presença de escravos. As mensalidades eram baixas e não havia diferença de quantias pagas pelas diferentes categorias de sócios.

Na passagem para o século XX, a hegemonia de um caráter classista entre associações de trabalhadores, tendendo ao formato sindical, não excluiu as funções de auxílio mútuo, nem muitas das contradições existentes em seu interior durante o período imperial. A ‘Liga Federal dos Empregados em Padaria no Rio de Janeiro’ era uma das que, além do

objetivo da união de classe, preocupava-se com o socorro às moléstias, a defesa judicial dos sócios presos ou processados, o enterro dos sócios, a garantia de ocupação para eles, a manutenção de biblioteca e de escolas para estudar o português. Até aí, ela não se distinguia tanto de outras associações, mas, quando propôs aulas de esperanto (considerado como possível língua veicular entre a classe operária) e avançou na proposta de uma cooperativa operária de panificação, a distinção ficou clara.

O *Dicionário do movimento operário* organizado por Claudio Batalha (2009, p. 183) acumula exemplos de associações nos primeiros anos do século XX, nas quais se define seu caráter de classe sem que se percam as funções mutualistas. É o caso da ‘Associação de Classe União dos Pedreiros’ cujos estatutos contêm a norma: “A associação será composta exclusivamente de operários pedreiros. Os mestres poderão ser admitidos desde que conforme a lei, ficando, porém, privados de votar e ser votados”.

Nessa época, os fins da associação eram intervir nos conflitos entre patrões e associados, criando para isto uma caixa de resistência; defender os interesses dos profissionais, procurando obter por meios legais o aumento de salário e a diminuição de trabalho, prestar auxílio médico, farmacêutico e pecuniário em casos de acidente de trabalho, defender os associados, caso fossem presos por delito profissional e comemorar o 1º de maio (Batalha, 2009, p. 184).

O que se conseguia, antes, ‘pedindo humildemente’ pelo apoio de figuras ilustres em forma de favor, agora se procurava obter por embate direto com os patrões, forma de luta por reconhecimento de direitos.

Práticas educacionais formativas entre a experiência e a escolarização

Após delimitar alguns ‘padrões de experiência’ dos sujeitos em questão, cabe apresentar alguns indícios de suas formas de ensinar e aprender. Para captar as concepções educacionais próprias das classes trabalhadoras e suas ações educacionais, é necessário ir além da forma escolar. Nesse sentido, voltamo-nos para sua experiência nas práticas internas das associações, sem deixar de estabelecer pontos de contato com os saberes escolarizados.

Nas leis escritas, nas atas, nos relatórios vemos a estreita ligação dos trabalhadores com o mundo da escrita e da leitura. Mesmo os que possivelmente não soubessem ler e escrever presenciavam e escutavam a leitura de relatórios e balanços de gestão em assembleia. No relatório referente a 1863/64 da ‘Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente’⁶, identificamos o costume de o secretário apresentar o livro de atas das sessões do Conselho nas solenidades de posse dos novos conselheiros. Nos estatutos da ‘Sociedade Bem Estar dos Caixeiros’, estabelecia-se, como um dos deveres dos sócios, “[...] o tributo dos seus conhecimentos que deveriam ser dirigidos ao conselho, ‘por escrito’, sob forma de quaisquer indicações das quais se possam tirar utilidade” (Estatutos da Sociedade Bem-Estar dos Caixeiros no Rio de Janeiro, 1836, p. 16, grifo nosso). A crença implícita aqui é aquela narrada por Thompson quanto à história da formação da classe operária inglesa: “[...] ‘um homem é um homem, apesar de tudo’. [...] os procedimentos baseavam-se na crença deliberada de que todo homem era capaz de raciocinar e de aumentar suas capacidades [...]” (Thompson, 2004, p. 202, grifo do autor).

No desempenho de funções sociais, a leitura, a escrita e o cálculo eram de grande importância. As formalidades da escrita estavam presentes na vida de um associado desde seu ingresso, uma vez que, como consta nos estatutos da ‘Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias’ e outras entidades pesquisadas, ele deveria, por escrito, “[...] apresentar ao conselho um requerimento em que declare seu nome,

6 Cabe esclarecer que a Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais passou por fases distintas em sua história. Surgiu de uma reunião de artistas como Sociedade Auxiliadora das Artes e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias, associação que também consta nesta relação. O *Dicionário do movimento operário* (Batalha, 2009) data a aprovação dos estatutos desta primeira associação de julho de 1837, entretanto, os estatutos localizados na Biblioteca Nacional têm edição em 1835 e afirmam terem sido sancionados em 1833. Ainda segundo Batalha, em 1840, a sociedade adota o nome de Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais, como resultado da fusão com a Sociedade Mecânica e, em 1848, recebe o título de Imperial. “Em maio de 1877, época em que surgiram divergências entre os sócios em torno de uma reforma dos estatutos, sua composição original foi inteiramente alterada, admitindo comerciantes, capitalistas e até negreiros” (Batalha, 2009, p. 248). Destacamos, ainda, que a documentação utilizada no presente trabalho diz respeito ao período anterior a 1877.

naturalidade, idade, estado civil, arte ou ofício que exerce, rua e número da casa, (Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias, 1835, p. 5). No entanto, ser aceito em uma dessas organizações era só o início da vida associativa. No momento seguinte, já se fazia necessário entrar em pleno contato com suas leis ‘escritas’.

Os estatutos eram respeitados como a lei máxima das entidades, o que pode ser notado em diversos relatórios, como o da ‘Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas’, no qual encontramos a seguinte frase: ‘sabemos observar tudo quanto nossa lei predisse e impôs’. Temos aí uma escrita organizadora da classe. Para além desses artefatos mais cristalizados, permanentes apesar das reformas pelas quais vez ou outra passavam, a escrita e o cálculo eram ferramentas organizativas de extrema importância no dia a dia das associações. Segundo o mesmo relatório, era “[...] o cobrador quem [nivelava] os destinos de uma associação! [Era] o escriturário quem [garantia] o bem estar dos sócios pela fidelidade e clareza dos seus livros” (Relatório da Sociedade Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas, 1886).

Outras habilidades necessárias para a administração de uma associação expressam-se em alguns verbos presentes nos estatutos da ‘Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias’ para designar as funções do tesoureiro: “[...] ‘organizar’ a conta geral da receita e despesa da sociedade. [...] ‘Apresentar’ mensalmente ao Conselho uma demonstração da receita e da despesa. [...] Assistir às seções do Conselho e ‘opinar’ em qualquer matéria financeira, ‘dando a este respeito, de viva voz ou por escrito, as informações’ que o Conselho exigir [...]” (Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias, 1835, p. 6, grifo nosso). O mesmo tipo de habilidade era esperado do conjunto dos sócios da ‘Associação Tipográfica Fluminense’ reunidos nas assembleias gerais: ‘examinar’ se a associação tem sido bem administrada; ‘tomar todas as medidas que julgar’ úteis à associação; ‘resolver’ sobre acusações de infração dos estatutos; ‘aprovar ou rejeitar’ as reformas dos estatutos propostas pelo conselho. Discutir, deliberar, aprovar, rejeitar, etc. Esses verbos, que podem ser cotejados por meio de uma comparação entre todas as sociedades aqui estudadas, se listados, nos dão notícia de uma intensa ação reflexiva no interior dessas organizações.

Refletindo sobre as construções intelectuais mencionadas, interrogamos o que significava para os indivíduos ocupar cargos nas diretorias das sociedades. A experiência na direção de uma sociedade poderia ter um forte resultado educativo para um trabalhador, seja pelo próprio esforço para elaborar e comunicar o pensamento, pelos cálculos para a tomada de decisões envolvendo variáveis complexas relacionados aos assuntos de interesse coletivo, seja pela própria necessidade de lidar com as técnicas veiculadas pela escola, principalmente a leitura e escrita. Mesmo os que ‘apenas’ votavam em seus ‘administradores’ ou ‘diretores’, número que não deve ser superestimado, uma vez que o funcionamento da associação contava com o serviço dos próprios sócios, não deixavam de refletir e avaliar os companheiros a ser eleitos e, portanto, estavam imersos no jogo político. O que podemos afirmar com margem de segurança é que um trabalhador não seria o mesmo após a experiência associativa: esta era formativa, seria uma marca em sua trajetória e, desse ponto de vista, era educativa.

Ao questionarmos o presente *corpus* documental sobre a concepção educacional própria das classes populares, sob o pressuposto de serem esses sujeitos pensantes e ativos e não simplesmente ‘um problema’ posto pelo projeto civilizatório do Estado nação brasileiro, um ‘problema da instrução do povo’ ou ‘o problema do analfabeto’, encontramos a valorização do mundo do conhecimento e das letras. Ao mesmo tempo, vemos um movimento em busca da instrução formal como estratégia para o acesso aos aspectos técnicos da leitura e da escrita. As associações pesquisadas somavam saber de experiência, ligado ao cotidiano e à tradição, com valorização da escolarização.

Dessa forma, os estatutos da ‘Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias’ situam a instrução entre os meios de vida que deveriam ser providos aos órfãos dos sócios. Em seu artigo quarenta e sete, a entidade estabelece: “Aos filhos órfãos menores de 15 anos, compreendidos no artigo quarenta e cinco, a sociedade promoverá a sua instrução primária e depois os fará aprender a aplicar a alguma ocupação, cessando de prestar-lhes os alimentos logo que por seus ganhos não precisarem” (Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias, 1835, p. 16). Tal artigo veicula ainda uma concepção de instrução, não como algo genérico, mas

como formação para o trabalho. Essa concepção também estava presente na ‘Associação Tipográfica Fluminense’, cujos fins “[...] [residiem] unicamente no desenvolvimento e progresso da arte tipográfica, na instrução artística, bem-estar e auxílio mútuo a cada um de seus membros e suas famílias” (Estatutos da Associação Tipográfica Fluminense, 1853, p. 1). Ou seja, a instrução era novamente posta lado a lado com as necessidades de sobrevivência material representadas pelo conteúdo dos auxílios mútuos, configurando-se não como qualquer instrução generalista, mas como uma ‘instrução artística’ emaranhada no mundo do trabalho. Em todo caso, a valorização da cultura letrada é inegável, não apenas seu sentido utilitário, mas como traço de sua cultura de classe. Exemplo disso era a cerimônia de posse de uma nova administração: “[...] terá lugar no aniversário da Associação, e os Conselheiros empossados brindarão nessa ocasião à Sociedade com uma obra manuscrita ou impressa para sua biblioteca”, a qual era composta “[...] das ofertas de obras que lhe forem feitas e com as que o Conselho puder obter com os esforços que empregar” (Estatutos da Associação Tipográfica Fluminense, 1853, p. 11).

Além desse esforço para desenvolver a arte tipográfica por meio da instrução artística, encontramos mais processos de ensino e aprendizagem na linha da experiência ou da vivência cotidiana. É o caso de uma ‘educação dos costumes’ aparente no artigo dezenove dos estatutos da Associação, no qual se determina que, “Se algum sócio se entregar à prática de más ações, o Conselho fará todo esforço para corrigi-lo, se o sócio, porém, durante o espaço de seis meses, não apresentar emenda em sua conduta, será desligado da Associação, o que terá lugar em Assembleia Geral” (Estatutos da Associação Tipográfica Fluminense, 1853, p. 4). O papel do conselho ‘educador’ também é encontrado em outras associações, como a ‘Sociedade de Socorros Mútuos Montepio dos Conservadores’, que se dispunha a punir com a perda dos direitos sociais aqueles que “[...] se entregarem à prática de maus costumes e que ‘apesar dos esforços do conselho’ não apresentarem emenda em sua conduta no prazo de um ano” (Projeto de Estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos Montepio dos Conservadores, 1881, p. 6, grifo nosso).

As tabelas a seguir informam-nos mais das formas de ensino e aprendizagem sistemáticas levadas a cabo pelas associações estudadas.

Tabela 1. Práticas educativas das associações atuantes de 1870 até 1889

Nome	Periódico/ Impressos	Bibliotecas	Instrução Formal	Conferências /Exposições
Associação de Socorros Mútuos. Liga Operária.	-	-	Oferecia cursos	Conferências sobre temas diversos
Associação dos empregados no Comércio no Rio de Janeiro	-	6.000 volumes (1897)	Ensino elementar; direito comercial; línguas	Conferências sobre higiene e direito
Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade	-	Intuito de manter biblioteca	-	Intuito de exposições artísticas e industriais
Associação Tipográfica Fluminense	O Tipógrafo	Possui biblioteca	Instrução artística	-
Clube dos Libertos Contra A Escravidão	Boletim do Clube	-	Cursos noturnos primeiras letras	Realiza conferências
Congresso de Beneficência e Instrução ⁷	-	-	Curso teórico e prático para associados e filhos	-
Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais			Proposta de aulas de francês latim ⁸	
Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives	-	Compra de livros de mecânica, química, física e metalurgia	Ensino do Ofício	-
Sociedade Beneficente Filhos Da Luz	-	Intuito de biblioteca	Intuito de escola primária	-
Sociedade Beneficente Mútuo Progresso do Engenho de Dentro	-	-	Intuito de serviço de instrução para os sócios e filhos	-
Sociedade Industrial de Beneficência			Intuito de colégio de instrução primária e secundária ⁹	

7 Antigo Congresso Operário de Beneficência.

8 A proposta foi recusada pelos sócios, que consideraram a grande despesa advinda dessas aulas para a Sociedade.

9 Era comum a intenção, expressa nos estatutos, de criar as escolas ‘quando fosse possível’: “propõe igualmente criar um colégio de instrução primária e secundária para a educação

Tabela 2. Práticas educativas das associações fundadas a partir de 1890 até 1917

Nome	Periódico/ Impresso	Biblioteca	Instrução Formal	Conferências/ Exposições
Associação Beneficente do Corpo De Oficiais Inferiores da Armada	-	Intuito de biblioteca para os sócios	Intuito de aulas gratuitas no ensino primário e secundário, cursos militares, profissionais, de educação física para associados, seus filhos e tutelados	-
Associação de Marinheiros e Remadores	Intuito de manter uma revista oficial	Intuito de manter biblioteca e sala de leitura	Intuito de criar aulas primárias e profissionais para associados	-
Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas	Intuito de jornal de propaganda	-	Intuito de fundar escolas para associados e seus filhos	-
Associação dos Funcionários Públicos Cíveis	-	-	Encaminhava educação profissional literária para os filhos do associado necessitado ¹⁰	-
Centro dos Operários Marmoristas	-	-	Ensino teórico e prático em escola noturna	-
Liga Federal dos Empregados em Padaria no Rio de Janeiro	-	Intuito de manter biblioteca	Intuito de fundar escolas onde os sócios possam aprender o português e o esperanto	-
Partido Operário	Echo Popular	-	-	-
Partido Operário do Brasil	O Socialista	-	-	-

gratuita dos filhos dos sócios pobres e por metade das pensões ordinárias para os sócios que tenham fortuna” (Conselho do Estado. Seção do Império, 1863).

10 Procurava promover a admissão dos filhos dos sócios em estabelecimentos educacionais enquanto a associação não possuísse um congênere.

Nome	Periódico/ Impresso	Biblioteca-	Instrução Formal-	Conferências/ Exposições-
Partido Socialista Brasileiro	Gazeta Operária	-	-	-
Sociedade Cosmopolita Protetora Dos Operários em Padaria	O Panificador	-	-	-
Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café	Intuito de jornal de propaganda	Intuito de biblioteca	Intuito de aulas de instrução primária	Intuito de conferências e publicações que interessem à classe e sejam fonte de instrução e educação cívica
Sociedade dos Carpinteiros e Artes Correlativas	Acordem!	-	-	-
Sociedade Operária do Jardim Botânico	-	-	Cursos para operários	-
Sociedade União dos Foguistas	-	Instruir e orientar por meio de biblioteca	-	Instruir e orientar por meio de conferências
União dos Operários das Pedreiras	O Congresso	-	-	-
União dos Operários Estivadores	Intuito de jornal de propaganda	Intuito de criação de biblioteca	Intuito de aulas de instrução primária	Intuito de realização de conferências
União Operária do Engenho de Dentro	-	-	Escola primária para crianças dos dois sexos	-
União Protetora do Comércio Volante	-	Intuito de criar biblioteca	Intuito de criar escolas de instrução	-

As informações que figuram nessas tabelas foram organizadas de acordo com as atividades educativas mais comuns nos períodos estabelecidos para análise da formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro (manutenção de aulas, de bibliotecas, promoção de conferências e edição de jornais). O recorte, como já foi salientado, abarca a passagem do caráter beneficente/mutualista e estratificado para outro mais classista e reivindicativo. Nem todas as associações tabuladas foram analisadas profundamente no corpo do texto, pois o que presidiu a composição da tabela foi o dado (mesmo que pontual) do desenvolvimento daquelas atividades educativas percebidas nas variadas fontes já citadas na abertura deste artigo.

A sistematização dos dados mostra, mais uma vez, a importância atribuída à cultura letrada e à instrução tanto pelas associações atuantes entre 1870 e 1890, como pelas fundadas entre 1890 e 1917. O desenvolvimento, ou o intuito de desenvolvimento, de aulas no formato escolar é uma constante, desde a segunda metade do século XIX até os primeiros anos do século XX, ocorrendo na maioria das organizações tabuladas: 90% no primeiro período e 61% no segundo período. A manutenção de bibliotecas e a promoção de conferências são mais raras em ambos os períodos: 45% e 38%, respectivamente, para bibliotecas e 36% e 16%, respectivamente, para conferências.

Por fim, encontramos uma disjunção entre o primeiro e o segundo períodos no que tange aos periódicos: 18% das associações atuantes entre 1870 e 1890 editavam periódicos, enquanto 56% das fundadas a partir de 1890 até 1917 possuíam ou tinham intenção de possuir um órgão de propaganda. Esse dado expressa claramente a mencionada mudança no caráter das organizações de trabalhadores, mas, além disso, sugere que, avançando em seu processo de educação, as classes trabalhadoras tenham passado a sentir necessidade de educar também o restante da sociedade.

Porém, essas dimensões da existência das classes trabalhadoras geralmente são subestimadas, especialmente quando se trata da educação voltada para elas no século XIX. O tema é bastante contingenciado, seja pelo acesso às fontes, seja pelos caminhos interpretativos. O cotidiano e a experiência são deslegitimados como espaço e forma de saber, nada óbvios e fugidios. Costuma-se repetir que existem, mas, ao menos em história da educação, ainda carecemos de pesquisas que os tragam à vida. Muitas vezes, o pesquisador, imerso no universo acadêmico, naturalizando sua condição escolarizada, deixa de ver os ‘saberes dos outros’ ou os vê sob o

signo da falta: aqueles a quem falta/faltou escola. O aspecto cotidiano da educação do povo não tem muita expressão na história, carecendo do mesmo apelo de episódios das lutas econômicas ou políticas que emergem para a cena pública. Quando aparece sob a forma de reformas e políticas promovidas pelo Estado, a educação ganha mais visibilidade, mas este é apenas um de seus sentidos.

Varela e Alvarez-Uria (1992), ao tratar do desenvolvimento da escola moderna consolidada e difundida a partir da Europa entre fins do século XIX e início do XX, identificam a ‘escola pública e obrigatória’ como uma das principais formas de socialização então adotadas pelas sociedades modernas. Segundo os autores, tal modelo constituiu-se em uma ‘maquinaria de governo da infância’, destinada, principalmente, a civilizar a massa da população, as classes trabalhadoras. Esse modelo educacional teria começado a se formar desde o século XVI, tendo como condições de aparecimento cinco aspectos principais: a definição de um estatuto de infância; a delimitação de um espaço específico; o aparecimento de especialistas da infância; a destruição de outros modelos de educação; e a obrigatoriedade escolar. Tais condições também são mencionadas por Vincent, Lahire e Thin (2001), em seu trabalho de referência em que apontam a emergência de uma ‘forma escolar’ por volta do mesmo período.

Interessa-nos ressaltar o quarto aspecto delimitado por Varela e Alvarez-Uria (1992, p. 69), “[...] a destruição de outras formas de socialização”. Esse aspecto leva-nos a pensar na maneira pela qual a escolarização dos saberes sociais contribuiu para deslegitimação de formas educacionais próprias das classes populares, pautadas, sobretudo, na transmissão oral dos conhecimentos e no aprendizado pela prática e pelo convívio coletivo. Tal condição explicaria a dificuldade para enxergarmos, em nossa cultura escolarizada, o caráter educativo das associações aqui tratadas e, mais contemporaneamente, dos movimentos sociais em geral. Falta a Varela e Alvarez-Uria abordar o sentido inverso da relação, o da ressignificação dos saberes escolarizados pelas classes populares e das formas de resistência dos saberes de experiência. A historiografia da educação, ao repensar o estigma de obscurantismo educacional imposto à sociedade brasileira do século XIX, tem buscado ressaltar as ações educativas de diferentes sujeitos da sociedade civil, suas práticas de leitura e escrita e as formas de obtenção de instrução, seja no circuito das instituições públicas seja no das iniciativas particulares.

Para Faria Filho (2003), discutir outras instituições e outros *locus* do educativo ajuda-nos a compreender a própria escola, o que remete à necessidade de pesquisarmos “[...] de forma mais decidida os processos socializadores que ocorreram na família, na igreja e no trabalho, para que possamos compreender as apropriações realizadas pela escola em relação a essas ‘outras culturas’ e formas de socialização quanto dimensionar as transformações nelas efetuadas a partir do advento da escola” (Faria Filho, 2003, p. 95, grifo do autor). Avançando na reflexão, Vidal e Biccás (2008) tematizam uma escolarização que vai além da formal estatal, entendendo-a como estratégia instaurada pelo Estado, mas não apenas.

Para nós, evidencia-se como importante atentar para os vários projetos educativos colocados em jogo por movimentos e grupos sociais (movimento negro, igreja católica, lojas maçônicas, imigrantes, dentre outros) na criação de escolas, na definição de modelos educacionais e no funcionamento de iniciativas em permanente diálogo e negociação com os investimentos oficiais (Vidal & Biccás, 2008, p. 28-29).

Tais visões ajudam a relativizar o senso comum do povo adverso à educação e à escola, do que decorreria sua ‘ignorância’.

Maciel (2006) compreende que a afirmação do povo como analfabeto, portanto ignorante, reforçada por estatísticas e indicadores educacionais (níveis de alfabetização, etc.), acaba por justificar o domínio e a condução desse mesmo ‘povo’ pelas ‘elites governantes’. Assim, busca outras possibilidades de reflexão sobre o processo de difusão da cultura letrada em nossa sociedade. Em um texto sugestivamente intitulado como *De ‘o povo não sabe ler’ para uma história dos trabalhadores da palavra*, a autora identifica, na passagem do século XIX para o XX, uma ampliação da comunicação social com novos grupos produtores, difusores e leitores, pondo em cena muitos dos sujeitos referidos no presente artigo.

Outra constatação é a participação de indivíduos, grupos e organizações populares em congressos, campanhas e movimentos para expansão do ensino e formulação de projetos educacionais populares. [...] A frequência com que flagramos referências a trabalhadores como carteiros, telegrafistas, funcionários de estradas de ferro, do corpo de bombeiros ou compositores e músicos populares atuando em distintos espaços e iniciativas letradas ou

defendendo com insistência a expansão do ensino, tanto primário quanto técnico, nas páginas de seus periódicos, são também indicações da crescente alfabetização da população, por meio da expansão da instrução pública e particular sem esquecer das escolas mantidas por associações de classe (Maciel, 2006, p. 212).

De acordo com as pesquisas de Maciel, a representação dos sujeitos trabalhadores anônimos como analfabetos, avessos à leitura, incapazes de compreender o mundo ao redor, corrente ainda hoje e mais exacerbada se nos referimos a épocas anteriores à segunda metade do século XX, é contradita pela análise de fontes literárias, como a crônica de João do Rio sobre operários leitores. A autora leva-nos a crer que tais estigmas não sobrevivem quando perscrutada a experiência daquela sociedade.

Seguindo essa trilha e buscando entender o papel educacional ativo das classes populares na sociedade oitocentista, não pretendemos, entretanto, negar a dominação cultural existente, as restrições de acesso à escola e aos demais bens do conhecimento humano sofridas por tais sujeitos, nem negar as altas taxas de analfabetismo do período, quanto menos esvaziar a importância dos saberes escolarizados. Existia, na segunda metade do século XIX, e continua a existir hoje, uma ordem instituída a favor de elites proprietárias e governantes que dificultava ao povo trabalhador e pobre o desenvolvimento da instrução, principalmente uma trajetória escolar além do nível primário. Essa ordem condicionava, mas não determinava completamente as ações dos sujeitos. O raciocínio, desenvolvido por E. P. Thompson (1981) em sua crítica ao estruturalismo de Althusser, é profícuo para nossa reflexão sobre as intervenções intelectuais e políticas das classes populares como produtoras de conhecimento e de propostas políticas. Restitui aos ‘seres sociais’, principalmente os trabalhadores, a capacidade de pensar, de dar ‘respostas mentais e emocionais’ a “[...] muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15).

Valorizando a experiência menosprezada muitas vezes como pura ação sem reflexão, ele mostra que “[...] a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (Thompson, 1981, p. 15). Debruçar-se sobre a experiência não é concessão de um intelectual condescendente com os seres sociais, especialmente as ‘pessoas comuns’,

mas uma forma de imprimir dinâmica ao olhar histórico. Seria uma forma de ver como as mudanças ocorrem quando os seres refletem e agem sobre sua própria vida e o mundo à volta. No caso, seria uma forma de ver como as classes populares na Corte e Província do Rio de Janeiro participaram da instauração de determinados projetos educacionais, fossem vencedores ou vencidos, mas sempre fruto de lutas.

Considerações finais

Quando se pensa em educação popular e, nesse bojo, em educação das classes trabalhadoras, muitas vezes, a concepção da necessidade se sobrepõe à concepção do direito. A educação para esses sujeitos viria, via de regra, suprir uma falta, constituindo-se em uma intervenção de fora para dentro de seu universo cultural.

Em nosso caso, procuramos olhar a educação popular de outra lógica. Tomamos como pressuposto o papel ativo das classes trabalhadoras em sua educação. Tipógrafos, artistas mecânicos, caixeiros, sapateiros, padeiros e tantos outros produziam e transmitiam conhecimentos. Foi especificamente em suas associações de classe que buscamos os indícios da educação intrínseca às suas práticas organizativas, além da apropriação que fizeram da forma escolar.

Identificamos que o caráter educativo das associações dos trabalhadores, por um lado, e sua organização para promover a educação formal, por outro, corresponderam a um processo que denominamos ‘educar-se das classes trabalhadoras’, a uma parte da própria formação da classe.

Optamos por um recorte horizontal no universo das associações de trabalhadores da passagem do século XIX para o século XX. Dessa forma, não aprofundamos a análise sobre qualquer uma delas, especificamente. Foram, majoritariamente, associações de auxílio mútuo e beneficência, posto que estas predominaram durante o século XIX. No entanto, na passagem para o século XX, já foi possível observar o trânsito dessa hegemonia para organizações com caráter classista e ideologicamente mais definidas.

Procuramos compreender seus padrões de experiência, principalmente no que diz respeito às ações educativas formais, ou não, encontradas em seus relatórios e estatutos. Não focalizamos as especificidades de projetos educacionais ideologicamente marcados,

socialistas, ou anarquistas, seja porque tais projetos estiveram mais voltados para a educação formal, que não foi nosso único, nem principal interesse, seja porque não apareceram de forma mais significativa nas fontes acessadas no processo da pesquisa.

As ações educativas formais promovidas pelas associações estudadas, explicitadas em seus documentos (manutenção de aulas, de bibliotecas, promoção de conferências, edição de jornais) tinham como objetivos primordiais formar para o trabalho, promover a sobrevivência e a inserção digna dos trabalhadores e seus filhos na sociedade. Já as ações educativas não formais, existentes no cotidiano das práticas organizativas, ainda que não tão explícitas, podem ser inferidas, por exemplo, pela análise dos discursos contidos em estatutos e relatórios. Estes nos dão notícias das atividades intelectuais, inclusive das que fazem uso de conhecimentos letrados: produzir relatórios; ler e escutar a leitura dos mesmos em assembleias; oferecer, por escrito, o tributo de seus conhecimentos para a associação; fazer registros e cálculos das receitas e despesas da sociedade; ou mesmo analisar, avaliar e escolher entre uma ou outra diretoria etc.

O estudo apresentado apresenta lacunas em razão da ausência de uma maior imersão nas especificidades das associações, já que estas foram tomadas em conjunto. Guarda, também, a necessidade de se descrever com mais densidade suas práticas educativas, principalmente as chamadas não formais. Ainda assim, esperamos ter contribuído para a percepção das organizações de trabalhadores como objeto de estudo para a história da educação e também para a compreensão da educação, particularmente de caráter não formal, como dimensão de pesquisa para a história dos mundos do trabalho.

Referências

- Barata, A. (1999). Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas, SP: Unicamp.
- Batalha, C. H. M. (1999). Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. Cadernos AEL, 6 (10/11), 41-68.

- Batalha, C. H. M. (2009). *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Batalha, C. H. M. (2004). *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In C. H. M. Batalha, F. T. Silva, & A. Fortes. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Unicamp.
- Chalhoub, S. (2001). *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, SP: Unicamp.
- Chalhoub, S. (2007). *Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. In: F. S. Gomes, & O. M. G. Cunha. *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil (p. inicial e final)*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Davis, N. Z. (1990). *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Faria Filho, L. M. (2003). *O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico metodológicas e perspectivas de análise*. In T. N. Fonseca, & C. G. Veiga. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Gondra, J. G., & Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo, SP: Cortez.
- Mac Cord, M. (2010). *Artífices de cor do Recife: dos privilégios corporativos à tentativa de controle da escolarização dos ofícios – décadas de 1840 e 1850*. *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*, 1(28).
- Maciel, L. A. (2006). *De ‘O povo não sabe ler’ para uma história dos trabalhadores da palavra*. In L. A. Maciel, P. R. Almeida, & Y. A. Khoury (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens* (p. 228-229). São Paulo, SP: Olho D'água.
- Morel, M. (2005). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, SP: Hucitec.

- Nagle, J. (1976). Educação e sociedade na primeira República. São Paulo, SP: Pedagógica Universitária.
- Savage, M. (2004). Classe e história do Trabalho. In C. Batalha, F. T. Silva, & A. Fortes. Culturas de classe. Campinas, SP: Unicamp.
- Thompson, E. P. (2004). A formação da classe operária inglesa (Vol. 1-3, Denise Bottmann, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Thompson, E. P. (1981). A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Thompson, E. P. (2002). Educação e experiência. In E. P. Thompson, & S. M. R. Reis. Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária (p.13-47, Sérgio Moraes Rego Reis, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Thompson, E. P. (2008). Patrícios e plebeus. In E. P. Thompson. Costumes em comum. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Varela, J. & Alvarez-Uria, F. (1992). A maquinaria escolar. Teoria e Educação, (6).
- Vidal, D. G., & Bicas, M. S. (2008). As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970): cultura e prática escolares. In D. G. Vidal (Org.). Educação e reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte, MG: Argvmento.
- Vincent, G., Lahire, B., & Thin, D. (2001). Sobre a história e a teoria da forma escolar. Educação em Revista, (33) 7-47.
- Viscardi, C. M. R. (2009). Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro Republicano. Revista Brasileira de História, 29(58), 291-315.

Fontes

- Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil). (1922). História e estatísticas. Município do Rio de Janeiro. Comemoração do Centenário da Independência Nacional. Rio de Janeiro, RJ: Typographia do Anuário do Brasil.

Conselho de Estado. Seção Império. (1863, 24 de abril). Consulta, sobre os Estatutos da Sociedade Industrial de Beneficência que se pretende estabelecer na Corte.

Estatutos da Associação Tipográfica Fluminense. (1854). Instalada a 25 de dezembro de 1853. Rio de Janeiro: RJ: Typ. Imparcial de M. J. Pereira da Silva Junior, Rua da Carioca, n. 32, 1854.

Estatutos do Congresso de Beneficência e Instrução (antigo Operário de Beneficência) Sob a Alta

Proteção de S. M. O Imperador. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Cosmopolita, rua d'Alfandega, n. 215. 1889.

Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias. (1853). Rio de Janeiro: RJ: Typ Fluminense de Brito & Comp. Praça da Constituição, n. 51.

Estatutos da Sociedade Bem-Estar dos Caixeiros no Rio de Janeiro. (1836). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Americana de I. P. da Costa. Rua de Traz do Hospício, n. 160.

Pedido de aprovação para reforma dos estatutos pela Sociedade Amparo Operário. (1880). Fundo Presidentes de Província. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto de Estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos Montepio dos Conservadores. (1881). Fundo Presidentes de Província. Arquivo do estado do Rio de Janeiro.

Relatório da Sociedade de Socorros Mutuos protectora dos artistas sapateiros e classes correlativas, apresentado à Assembléia Geral (1886). Ano social de 1885-1886. Rio de Janeiro. RJ: Typ. Carioca.

Requisição de particular ao Imperador. (1884). Casa Imperial.

Submetido em: 22/04/2015

Aprovado em: 29/09/2015

Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução irstritos, em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.